



2017

UM ANO DE LUTAS E RESISTÊNCIA



AS GRANDES LUTAS DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA EM 2017

REVOLTA DE KRONSTADT (1921): A PACIÊNCIA DAS MASSAS TRABALHADORAS

PRISÕES PARA QUEM?

DEBATES SOBRE OS 100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

AS LUTAS DAS MULHERES TRABALHADORAS E A NECESSIDADE DO ENFRENTAMENTO

A DIREITA ESTÁ DE VOLTA: É PRECISO ENFRENTÁ-LA

AS LUTAS DE 2017 E A NECESSÁRIA CONTINUIDADE

Não é nenhuma novidade iniciarmos uma reflexão mencionando que o país está imerso em uma intensa crise política aliada à crise econômica, esta última sendo expressão, no Brasil, da crise cíclica iniciada em 2008.

Com esse cenário também há o risco da análise se prender apenas ao momento conjuntural, quando não é. Precisamos compreender o processo desde os governos Itamar, FHC e das eras Lula e Dilma (PT), que adotaram medidas respaldadas em uma série de iniciativas dos parlamentares e propagandeadas como “medidas necessárias para sair da crise” pela grande mídia.

Um ano marcado por muitos ataques aos direitos sociais e trabalhistas

Alguns desses ataques mais recentes podem ser observados na PEC 55/241 do Teto; na Terceirização irrestrita; na (contra)Reforma Trabalhista; na (contra)Reforma da Previdência; na Portaria do Ministério do Trabalho, que buscava mudar o conceito de trabalho escravo contemporâneo no país (entre as novidades, estava a necessidade de impedimento do direito de ir e vir para a caracterização de crime, tornando irrelevante as condições de trabalho às quais uma pessoa está submetida, mas uma decisão do STF obrigou o governo a recuar); no Projeto de Lei entregue por parlamentares da bancada ruralista do Amazonas, que prevê a redução de áreas das Unidades de Conservação na Amazônia a 65% do total e que aprofundará o genocídio aos povos indígenas; no Projeto Escola Sem Partido; nos ataques ao funcionalismo e aos serviços públicos configurados nas medidas que pressupõem a reestruturação de carreiras, Plano de Demissão Voluntária



(PDV), adiamento de reajuste acordado com diversas categorias do funcionalismo, elevação da contribuição previdenciária de 11% para 14% (para quem recebe mais de 5 mil reais), redução de auxílios como o de alimentação, fim da estabilidade e demissão por suposta “insuficiência de desempenho” (através de critérios subjetivos); na PEC 181/2015 já aprovada na Comissão Especial da Câmara que prevê criminalizar totalmente o aborto no Brasil (esse Projeto dilacera os direitos das mulheres de abortarem caso a gravidez seja de risco, fruto de estupro ou de feto anencefálico e fortalece também a cultura do machismo e do estupro), coloca ainda mais em risco a vida das mulheres, especialmente, as mais pobres e das periferias das pequenas e grandes cidades.

No conjunto, se aliados à ofensiva para aprovação da redução da maioria penal, por exemplo, dá a dimensão de uma conjuntura bastante preocupante.

AUMENTO DA RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA PARA DERROTAR O GOVERNO E AS REFORMAS

Entretanto, acontece algo que é bastante rico para quem pensa a revolução socialista no Brasil: os tempos históricos, em determinadas conjunturas, se aceleram e essa aceleração se dá, muitas vezes, pelo fato de que não

se trata apenas de uma mera crise conjuntural.

Trata-se do fechamento de um ciclo histórico, ou seja, de um período e que, normalmente, vem junto com mais do que uma mera crise política ou conjuntura desfavorável. Vem no bojo de uma séria crise da ordem capitalista e do modo de produção capitalista.

Portanto, é um momento em que necessitamos superar o esgotamento das lutas de pauta única ou exclusiva de categorias e que tem predominado nos últimos anos sob a direção das cúpulas burocráticas da maioria das Centrais (CUT, CTB, Força Sindical, UGT, Nova Central e CSB) no movimento da classe trabalhadora. Esse momento já tem motivado um ciclo de lutas construídas na cidade e no campo, inclusive, como repúdio à Reforma da Previdência, proposta por Temer e que a maioria da população se coloca contrária.

Nesse marco há o retorno à cena política das grandes mobilizações da classe trabalhadora brasileira com a chama acesa no “Dia Internacional de Luta das Mulheres”, no dia 08 de março, a maior já vista em que milhões de mulheres foram às ruas pela manutenção de direitos, contra o machismo, contra a cultura do estupro, contra o feminicídio de que são vítimas cotidianamente e contra os diversos ataques do capital com as (contra)reformas em curso.

Tivemos em seguida, a partir da

Greve Nacional dos Professores, no dia 15 de março, a mobilização de outras milhares de pessoas, que também impulsionaram Comitês de Base, fortaleceram o movimento e pressionando as Centrais Sindicais para a construção da Greve Geral.

Depois seguiu o 31 de março, Dia Nacional de Lutas, com greves e paralisações em categorias importantes como metalúrgicos, petroleiros, servidores públicos, etc.

Esse cenário incendiário tomou o Brasil no dia 28 de abril, na maior Greve Geral dos últimos 30 anos, em que boa parte do setor produtivo, dos serviços públicos, transportes e comércio por todo o país foram paralisados, evidenciando a disposição de luta da classe trabalhadora.

Essa chama fomentou o dia 24 de maio no Ocupa Brasília, tomada por milhares de trabalhadoras e trabalhadores para barrarem as reformas, e que foi duramente reprimida pelo governo.

Esse processo de lutas, a rejeição das trabalhadoras e trabalhadores à Reforma da Previdência e a impopularidade combinados com as denúncias do Ministério Público contra Temer por corrupção fizeram o governo e seus deputados adiarem a votação da Reforma da Previdência.

Agora, no 2º semestre, sob as lonas do MTST, o movimento por moradia se colocou no cenário político como um dos principais movimentos de resistência. Há mais 2 meses, mais de 8 mil famílias ocupam um terreno na zona metropolitana de São Bernardo do Campo, pelo direito à moradia digna. A ocupação vem crescendo e não se limita exclusivamente a sem tetos, agrega também pessoas que aguardam uma oportunidade para adquirir moradia e que não estão conseguindo pagar aluguel, sufocados pela crise, pelas reformas e pela especulação imobiliária das grandes cidades.

A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Porém, também foi um período muito antagônico, pois houve lutas e enfrentamentos importantes pelo conjunto da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e populares e, ao mesmo tempo, aumentou a criminalização aos movimentos sociais com diversos coletivos e segmentos sendo criminalizados pelo governo para favorecer os capitalistas.

A repressão policial às mobilizações, a perseguição aos ativistas e lutadores, as ameaças de morte, os processos judiciais e as demissões de dirigentes sindicais têm sido armas do governo e dos capitalistas para barrar essas lutas, o que demonstra bem o caráter reacionário da “democracia” dos ricos.

A NECESSIDADE DE SEGUIRMOS COM AS LUTAS

Portanto, urge construirmos novamente uma jornada de lutas que seja oriunda e resultado de todo esse processo de mobilização e organização da classe e dos setores marginalizados pelo capitalismo, para intensificarmos e radicalizarmos as lutas nas ruas contra a exploração burguesa e contra todos os ataques do capital.

A continuidade da luta com os métodos da democracia operária, uma Greve Geral que paralise por completo as principais fontes de produção e o trancamento das principais rodovias para impedir o escoamento de mercadorias se faz urgente para a retirada da Reforma da Previdência e para o cancelamento das reformas aprovadas sem o aval da classe trabalhadora.

Como dissemos no Jornal de nº 104, essa construção não é tarefa simples já que inverter a correlação de forças não se dá de um dia para



o outro, “mas as coisas podem mudar a nosso favor. A nossa luta faz os poderosos tremerem, pois sabem da nossa força. A classe trabalhadora unida e organizada pode destruir o capitalismo, transformar e mudar o mundo!”

A maioria das Centrais Sindicais na contramão das lutas

O processo de ebulição das lutas tem sido constantemente golpeado pelas direções da maioria das Centrais – CUT, CTB, Força Sindical e UGT. Foi o que vimos no decorrer do ano e mais nitidamente quando desmobilizou a convocação da greve geral do dia 30 de junho levando confusão as trabalhadoras e trabalhadores no processo de divulgação e mobilização, disseminando uma atmosfera de dúvidas e incertezas em relação à data.

Priorizaram, por todo o ano durante os ataques, a negociação com o governo para a manutenção do Imposto Sindical. Essas direções mostraram toda a irresponsabilidade com a classe trabalhadora e com os ataques de retirada de direitos historicamente conquistados. Junto com isso, buscavam apontar para a burguesia que as mobilizações da classe não teriam forças suficientes para barrar as reformas.

O resultado foi uma dolorosa derrota política para as trabalhadoras e trabalhadores com a aprovação da Terceirização irrestrita, da Reforma Trabalhista e com a possibilidade de o governo se rearticular para a aprovação da Reforma Previdenciária.

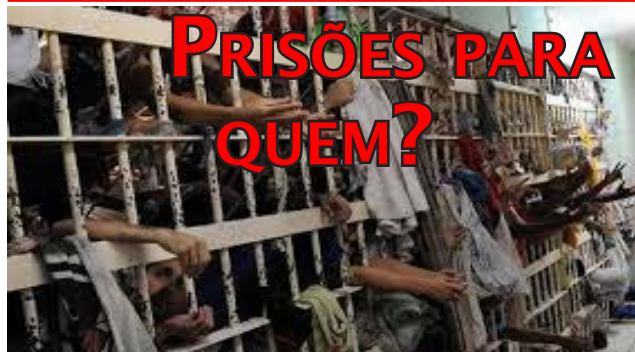
Com toda a pressão da base

das categorias, dos movimentos e com o aumento das mobilizações as Centrais Sindicais foram obrigadas a iniciar a convocação de um Dia Nacional de Mobilizações e Greves, desta vez marcado para o dia 05 de dezembro.

No entanto, mais uma vez, na primeira oportunidade (em que houve a desmarcação da votação,

prevista para o dia 06 de dezembro, na Câmara dos Deputados), essas direções das Centrais pelegas e burocráticas recuaram. Cancelaram o Dia Nacional de Mobilizações e Greves sem consultar as categorias, os movimentos, etc., que já haviam decidido em suas assembleias e locais pela participação. Forçando as bases das categorias postergarem

suas ações de ruas, num momento crucial que poderíamos enterrar de vez a Reforma da Previdência. Com isso, insistimos em dizer que já está na hora do movimento operário e de lutas superar essas direções, tomar nas mãos os rumos da luta, construir seu calendário e colocar abaixo os ataques do governo e da burguesia.



LAVA JATO: QUANDO A CORRUPÇÃO SALTA AOS OLHOS

A luta de classes costuma se expressar de várias formas em nossa sociedade. Quando falamos sobre o sistema judicial brasileiro, as coisas não se dão de maneira diferente. Nos últimos anos nosso país foi palco da maior investigação de crimes de corrupção executada pela polícia federal da história nacional. Iniciada no estado do Paraná, em 2014, a Operação Lava Jato divulgou uma série de desvios financeiros – e outras formas de patifaria – realizadas contra os cofres públicos.

Tendo seus desdobramentos até os dias atuais, a iniciativa vem desvendando uma velha novidade ao povo brasileiro: um enorme esquema de corrupção que conta com a participação sistemática de partidos e algumas das maiores empresas (públicas e privadas) do Brasil. Chamamos de velha novidade por não se tratar de uma real surpresa para trabalhadoras e trabalhadores que, de tempos em tempos, testemunham mais e mais golpes dados contra recursos que deveriam ser investidos em bens e serviços. Os cofres públicos jorram

bilhões de reais que deságuam em malas e contas bancárias que parecem não se contentar com a já impiedosa rotina da classe trabalhadora em nosso país.

Até então, a Lava Jato conta com o envolvimento de 5 empresas nacionais e 24 partidos contra os quais já foram realizadas 775 buscas e apreensões, 274 acusações, 141 condenações e 104 prisões temporárias. Além das dimensões da quadrilha e da rapina realizada, outra coisa que salta aos olhos é o polido tratamento que a Justiça brasileira vem oferecendo aos envolvidos com o esquema.

JUSTIÇA SELETIVA

A Justiça brasileira, como qualquer outra sob o modo de produção capitalista, tem um caráter de classe que não pode se perder de vista. Quando se fala sobre legalidade, igualdade de direitos ou punição por infrações praticadas, qualquer brasileiro costuma ter claro – mesmo os que resistem a admitir – que há um tratamento desigual dado pelo Estado às vítimas, testemunhas ou réus envolvidos em um delito.

Em nosso dia a dia não faltam exemplos de policiais que, em seu firme dever de garantir o cumprimento das leis, abordam indivíduos que vivem em situação de pobreza, ou miséria, com habitual atrocidade. Nos grandes

centros urbanos é muito comum ver os rotineiros “baculejos” sendo feitos em jovens da periferia – sobretudo nos negros – como uma forma de “prevenção” aos delitos de violência urbana. Além de uma expressão pouco velada de racismo, essas abordagens e demais formas de “precaução” e intervenção tendem a causar temor na população: neste ano 49% dos brasileiros dizem ter medo de sofrer violência da PM, e 46% afirmam ter o mesmo sentimento em relação à Polícia Civil[i].

Essas expressões da consciência – maneiras de enxergar e sentir a realidade que nos cerca – são resultados das relações sociais de nossos tempos: não se tratam de um medo que brota inexplicavelmente nas consciências dos brasileiros, mas um temor que se desenvolve a partir das condições em que vivemos, em episódios cotidianos. Na outra margem do rio, temos o comedido trato com que a polícia e as instituições da justiça brindam o “alto escalão” do banditismo brasileiro: mesmo quando descobertos e condenados, crimes empresariais ou praticados por pessoas com cargos políticos, são abordados com uma cautela pouco habitual à maioria da sociedade brasileira.

QUEM OCUPAM NOSSAS PRISÕES?

O Brasil está no terceiro lugar do ranking mundial de população carcerária, só ficando atrás dos Estados Unidos, China. Diferentemente do que vem

acontecendo nesses três países, a população carcerária brasileira só tem crescido: aumentando em 7 vezes nos últimos 20 anos[ii]. Outro dado estrondoso é de que, apesar da construção de espaço para 236 mil prisioneiros que aconteceu nos últimos quinze anos, as unidades prisionais se mostram insuficientes para comportar o contingente, ainda sendo necessários mais 250 mil lugares[iii].

Trata-se de um contingente formado principalmente por negros e pobres. Quando observamos os motivos de suas prisões, encontramos o “curioso” fato de que a maioria dos detentos foram condenados por roubo (43,4%) ou tráfico de drogas (25,5%). Neste ponto, vale ressaltar que isso tem acontecido em um contexto nacional – discutido em nossos últimos jornais – de crescente desemprego, avanço da informalidade (e precariedade) do trabalho e de progressiva deterioração da qualidade de vida (que tenderão a se aprofundar à medida que os efeitos das reformas previdenciária e trabalhistas forem sentidos). Mas como fica o contrabando de dinheiro público em toda essa história?

E OS PRESOS DA LAVA JATO?

O que o caso da Lava Jato tem nos ensinado – como um paciente professor frente a uma turma dispersa de alunos – é que a Justiça não trata os acusados com a mesma rispidez: o critério de classe é determinante para as prisões (e solturas) executadas pelo Estado brasileiro. Desde o ano passado temos assistido um espetáculo das condenações de políticos e grandes empresários transmitidos pela grande mídia.

Há algo desse roteiro que nós, trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, estamos certamente acostumados a ver: não bastasse o contraste das condições de higiene, alimentação e conforto das celas que acolhem a vigarice dos capitalistas (e seus representantes políticos) frente às entulhadas prisões reservadas a quem vive na periferia, é notável como a Justiça parece brincar com suas próprias regras. Para citarmos um só exemplo, dados reunidos nas últimas semanas apontam que, no Rio de Janeiro, a Lava Jato tem 69% de seus réus fora das unidades prisionais – 27 deles foram libertados, 8 estão sob prisão domiciliar e 14 cumprem

recolhimento noturno[iv].

Seja por via de delações premiadas, ou por outros criativos recursos que a Justiça encontra de praticar injustiças, o que temos visto é que as práticas punitivas do Estado brasileiro são tão severas com trabalhadores, pobres e negros como são cordiais com os responsáveis pelo maior episódio de corrupção da história de nosso país. Nesse momento, a defesa do cumprimento de penas proporcionais ao assalto realizado contra os bens públicos torna-se tão importante quanto a luta por condições dignas nas unidades prisionais que encarceram as camadas mais empobrecidas de nossa população.

[i] Instituto de Pesquisa Datafolha, 2015: <http://datafolha.folha.uol.com.br/piniaopublica/2017/07/1898059-metade-dos-brasileiros-tem-medo-de-sofrer-violencia-policial.shtml>

[ii] Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Brasília, 2015.

[iii] Anne Vigna. Le Monde Diplomatique, 2017: <https://diplomatique.org.br/o-caos-penitenciario-brasileiro/>

[iv] Antônio Werneck. O Globo: <https://oglobo.globo.com/brasil/operacao-lava-jato-do-rio-prende-ate-agora-31-dos-reus-22115108>

AS LUTAS DAS MULHERES DA CLASSE TRABALHADORA E A NECESSIDADE DO ENFRENTAMENTO

A América Latina é a “região mais violenta do mundo contra as mulheres fora de um contexto de guerra” (PNUD). É triste começar um texto com esta constatação, no entanto, é necessário para reafirmarmos o quanto o sistema capitalista cria desumanidades e que, embora sejam impossíveis de serem superadas em seu interior, necessitam ser duramente combatidas. O capitalismo e os modos de produção divididos em classes sociais que o antecederam colocam a mulher em condição de

subserviência e dominação para a manutenção da propriedade privada e, por isso, entendemos, que a total libertação das mulheres é possível com o fim do capitalismo.

A REALIDADE DAS MULHERES BRASILEIRAS: UMA BREVE DESCRIÇÃO.

A realidade para as mulheres brasileiras, especificamente, não é



uma das melhores... Apesar de pequenos avanços conquistados ao longo da história não são suficientes para alegar que homens e mulheres (entendendo homens e mulheres socialmente construídos) são socialmente iguais. E o que presenciamos cotidianamente é a



intensificação dessas desigualdades.

No que tange a violência contra a mulher os números são alarmantes: São cerca de 12 assassinatos por dia. São mais de 40 mil estupros por ano e estupros coletivos são cerca de 10 por dia. Somados a isso, as mulheres precisam lidar diariamente com fato de não terem o controle sobre seus próprios corpos. Se tratando da liberdade ao aborto ainda temos diversos entraves no campo político, ideológico e moral: fechasse os olhos para as demais questões concretas das necessidades das mulheres, o aborto seguro permanece uma delas. São mais de 850 mil casos por ano de aborto clandestino, sendo que a cada dois dias uma mulher morre vítima do método clandestino e inseguro. O que o torna uma das principais causas de mortalidade materna no país.

Além desses números de violência, a mulher trabalhadora conta também com o alto índice de desemprego (14,9%, no segundo semestre), típico de períodos de crise em que é uma das primeiras a ser colocada à disposição pelo capital para forçar ainda mais o rebaixamento do nível salarial, para que assuma vagas precárias sem direitos.

UM ANO INTENSO DE LUTA

Não é à toa que as mulheres têm se organizado pelo mundo em manifestações, greves e em várias entidades para se unirem e se fortalecerem em luta contra

a opressão, a intensificação da exploração e o machismo. As mulheres da classe trabalhadora se posicionaram de alguma forma contra a ordem vigente, demonstrando o potencial dessas lutas na luta de classes. É a relação classe e luta das mulheres que potencializa a luta contra o modo de produção que vem destruindo as nossas vidas.

No 8 de março deste ano, a Greve Internacional Contra a Violência Machista e a Desigualdade de Gênero, com o chamado “se nossas vidas não valem, que produzam sem nós” em mais de 40 países, colocou a classe trabalhadora em movimento em vários cantos da América Latina e do mundo. Além disso, levantou questões profundas que se chocam aos interesses do capital. Isso porque as mulheres assumem um duplo papel na esfera da reprodução social: ela produz e reproduz. Esse fator nos faz compreender a atual importância da luta das mulheres contra o capitalismo e faz entender a necessidade do confronto dos limites dessa sociedade em atender as reivindicações das mulheres.

No Brasil, logo após o Dia Internacional de Luta da Mulher, ocorreu o 28 de abril com a maior Greve Geral dos últimos anos. E lembrou, inclusive, a 1ª Greve Geral no país ocorrida há 100 anos e iniciada com trabalhadoras têxteis de São Paulo. Em linhas gerais pelo mundo, foram greves, atos e mobilizações que insistiram na importância da luta contra as

várias formas de violência à mulher e o fato de o trabalho no mercado formal ser apenas uma parte do trabalho da mulher sob o capitalismo, que para manter a exploração necessita do trabalho doméstico não remunerado para a reprodução da sociedade e das relações

sociais.

Durante todo esse ano não foram poucas as mobilizações das mulheres organizadas e dos movimentos feministas pelos mais diversos motivos, demonstrando o quanto tem sido necessário reagir aos grotescos abusos e retrocessos do atual momento. Chegamos no último mês de novembro com milhares de mulheres em manifestações contra a PEC 181, que além de buscar impedir a interrupção da gravidez mesmo em caso de estupro, por considerar a vida inviolável desde a concepção, o Projeto de Emenda Constitucional, tenta criminalizar o aborto também nesse caso. Algo que já era indiscutível para as mulheres em situação de violência.

Isso indica também o quanto o Estado brasileiro patriarcal busca, a todo momento, se alinhar às forças reacionárias para controlar o corpo e a vida da mulher a fim de submetê-la e subjuga-la, necessidade também do capital para impor à classe trabalhadora a intensificação da exploração, nesse momento, inclusive, com as reformas.

O CAMINHO É INTENSIFICAR A ORGANIZAÇÃO E AS LUTAS

Não tem sido fácil lutar pela sobrevivência (emprego, estudo, moradia, etc.), contra a ofensiva do governo sobre os cortes no orçamento público e o corte dos serviços públicos (bolsas estudos, transporte, postos de saúde, etc.), ter que enfrentar o avanço da direita que é machista, racista e

homofóbica e, ainda, combater o machismo cotidianamente e em cada ação.

Nesse sentido, a unidade da mulher da classe trabalhadora no dia a dia e nas lutas tem sido fundamental para intensificar os enfrentamentos e necessita de maior organização tanto para seu fortalecimento quanto para construir caminhos anticapitalistas de superação desta sociedade, para que enfim possamos obter uma liberdade substantiva. As lutas que se seguem apontam o caminho, mas ainda é insuficiente. É preciso avançar.

As lutas imediatas também são importantes nesse primeiro momento e por isso não podemos aceitar ou baixar a cabeça para os desmandos de setores reacionários que buscam retirar nossos direitos duramente conquistados e dominar os nossos corpos. Não podemos permitir que o número de assassinatos de mulheres continue! Não podemos permitir que precarizem ainda mais as nossas vidas. A exploração do trabalho, o trabalho não pago, a jornada tripla, o machismo, o racismo e a homofobia, existentes no capitalismo, têm feito da vida da mulher algo distante das necessidades humanas. É necessário revertermos isso, com organização e com a luta!

MIRAR A REVOLUÇÃO RUSSA E O IMPORTANTE PAPEL DAS REVOLUCIONÁRIAS

Esse ano faz exatamente 100 anos da Revolução Russa e apesar das críticas e divergências que

existem em torno do debate sobre esse processo, uma coisa não podemos negar, a Revolução Russa abalou o mundo. E dizer isso é também afirmar que nos trouxe um acúmulo histórico em diversos sentidos, como por exemplo o papel das mulheres para a Revolução acontecer, para os avanços que proporcionou ao mundo e pela indicação do caminho à emancipação humana.

Após 100 anos da Revolução é inegável quão avançadas eram as pautas que tocavam nos direitos das mulheres. Pautas como o direito ao aborto seguro, o fim do trabalho doméstico, o divórcio livre, o direito à Educação e ao trabalho, a vida pública, etc. Já eram pautas concretas do movimento de mulheres tanto fora quanto no interior do Partido Bolchevique. Pautas que eram vistas como prioridades, pois se se quisesse uma sociedade verdadeiramente livre era preciso que todas as pessoas humanas tivessem livres de suas alienações.

Hoje, percebemos que as pautas históricas do movimento de mulheres continuam na ordem do dia, assim como o horizonte da emancipação humana. É por isso que defendemos a importância da luta das mulheres tanto nas reivindicações imediatas, contra as reformas, contra a direita quanto no enfrentamento aos limites do capital, que não pode conceder



essa liberdade e tampouco esses direitos sem muita luta.

Afinal não se trata apenas de mulheres ganharem o mesmo salário que os homens simplesmente – o que pode ser importante a curto prazo, na atual conjuntura de crise que tende a precarizar ainda mais as condições de emprego e de aumento da pobreza – mas se trata de lutarmos por uma sociedade em que sejamos “socialmente iguais e humanamente diferentes” até que tenhamos mulheres livres!

É neste sentido que afirmamos que a luta pela emancipação humana passa pelas mãos da mulher, pois uma sociedade que se propõe emancipada, mas na prática seus setores oprimidos continuam oprimidos, não revela essa liberdade substantiva. Da mesma forma que as condições para tal liberdade perpassa uma por revolução social contra o sistema capitalista e só a unidade da classe trabalhadora em conjunto com todos os setores oprimidos da sociedade é capaz de um enfrentamento radical ao sistema do capital nas lutas e na vida cotidiana.

Viva a luta das mulheres trabalhadoras!

KRONSTADT, MARÇO DE 1921

A PACIÊNCIA DAS MASSAS TRABALHADORAS

SÉRGIO LESSA

Vimos, nos últimos dois números do Jornal Espaço Socialista, como a vitória dos bolcheviques na Guerra Civil que se iniciara em meados de 1918, aliada à aproximação da derrota

final da Revolução na Alemanha, que ocorreria em 1922, deu origem a uma situação histórica nunca antes contemplada pela teoria revolucionária: a manutenção de um partido revolucionário no poder

em um país atrasado, no qual não era possível a transição ao socialismo.

Vimos que essa situação levou a uma crescente burocratização do partido bolchevique e aumentou as tensões com as massas.

Os camponeses estavam insatisfeitos com a política de requisição de sua produção, e os operários e soldados, com seu crescente afastamento do poder de decisão. E a crise econômica não deixava de se intensificar.

Nesse contexto surgiu a Oposição Operária no interior do próprio partido bolchevique e o Congresso do PC(b) R, convocado para março de 1921, decidiria a questão. Em meio aos trabalhos, contudo, eclodiu a Rebelião de Kronstadt a qual teve tal impacto sobre o Congresso que trataremos dela antes do Congresso enquanto tal, que será objeto do artigo do mês que vem.

A insatisfação e o afastamento das massas populares em relação ao partido bolchevique, resultantes tanto da crise quanto das medidas adotadas pelos bolcheviques para organizarem a economia causaram, no final do ano 1920 e começo de 1921, uma onda de revoltas camponesas que obrigaram o governo soviético a suspender a política de requisição dos produtos agrícolas em treze províncias ainda no início de 1921. Esse afastamento dos camponeses do poder soviético criava uma situação de perigosa instabilidade política, constituindo um campo fértil para alastrar uma revolta de grandes proporções contra o governo soviético. Agora não haviam mais exércitos brancos no interior da Rússia para justificar a centralização política-administrativa nem para justificar medidas econômicas que prejudicavam os camponeses, como a proibição do comércio de alimentos e a requisição dos produtos. As revoltas camponesas do inverno de 1920/21 somente não se alastraram por outras províncias e não ganharam maior expressão devido à falta de uma liderança capaz de organizá-las, de dar-lhes uma expressão política definida.

“EM JANEIRO/FEVEREIRO DE 1921, UMA SÉRIE DE GREVES OPERÁRIAS OCORRERAM NOS DIVERSOS CENTROS INDUSTRIAIS, PRINCIPALMENTE MOSCOU E PETROGRADO. OS GREVISTAS PROTESTAVAM COM FREQUÊNCIA CONTRA O PODER DOS COMISSÁRIOS, E CONTRA A FALTA DE CANAIS QUE VIABILIZASSEM A PARTICIPAÇÃO OPERÁRIA NO PODER, EMBORA COM MAIOR FREQUÊNCIA AINDA PROTESTASSEM CONTRA A FALTA DE ALIMENTOS E DE COMBUSTÍVEIS.”

O descontentamento com o poder bolchevique também estava presente nos grandes centros industriais. A fome e o frio trazidos pelo inverno agravaram as condições de vida dos trabalhadores urbanos que, enquanto isso, assistiam a uma discussão no interior do partido dirigente se as medidas de coerção sobre os trabalhadores adotadas a partir de novembro de 1917 deveriam ser intensificadas ou não. O reino de liberdade para os trabalhadores que deveria surgir da revolução de Outubro, como haviam prometido os bolcheviques, estava cada vez mais distante. O domínio crescente da pequena burguesia, e mesmo de setores da burguesia no interior do aparelho de estado, no interior do partido e do Exército Vermelho parecia insuportável às massas. No interior da fábrica, o operário que ainda conseguia emprego se via forçado a acatar uma disciplina de trabalho semelhante à que vigorava durante o czarismo – e a introdução do salário por produção lhe parecia mais uma forma de exploração capitalista que uma medida destinada a facilitar a transição para o socialismo.

Em janeiro/fevereiro de 1921, uma série de greves operárias ocorreram nos diversos centros industriais, principalmente Moscou e Petrogrado. Os grevistas protestavam com frequência contra

o poder dos comissários, e contra a falta de canais que viabilizassem a participação operária no poder, embora com maior frequência ainda protestassem contra a falta de alimentos e de combustíveis.

Essa onda de greves ocorreu de maneira espontânea, de forma desorganizada e sem qualquer coordenação. Não conseguiam se expressar numa plataforma política clara que fosse alternativa de poder. Por isso essas greves terminam isoladas pelo poder bolchevique, cuja imprensa e máquina de propaganda estatal os apresentavam como inspiradas pela contrarrevolução. Embora elas não significassem nenhum perigo imediato para o poder bolchevique, eram um sintoma alarmante: elas ocorriam por fora e contra o aparelho partidário e o aparelho sindical. Essa insatisfação poderia gerar uma outra organização das massas que colocasse em xeque o poder dos bolcheviques, como 1917 criou toda uma rede de organizações populares por fora do aparelho estatal existente. Esse era o grande perigo.

Neste contexto, a luta interna do partido continuava, e Lênin publica eu folheto “A Crise no Partido” onde afirma: devemos combater a discrepância ideológica e aos doentios elementos da oposição que chegam até a negar toda “militarização da economia”, e não

só o “método das designações”, quer dizer, negam em última instância, o papel dirigente do partido em relação às massas sem partido. Devemos combater os desvios sindicalistas, que matarão o partido. Um pouco antes, nesse mesmo folheto, Lênin escrevera: “Para que ter um partido se quem deverá dirigir a indústria serão designados (...) pelos sindicatos, as 9/10 partes de cujos membros são operários sem partido?”

A primeira vez que essa revolta das massas operárias e camponesas recebeu um tratamento teórico que lembrava uma plataforma política foi com a publicação do texto da Oposição Operária. No entanto, esta possuía uma séria limitação: se propunha a lutar exclusivamente no interior do partido. Mesmo assim, a Oposição Operária foi alvo de uma violenta campanha por parte dos escalões dirigentes do partido e pareceu a eles algo intolerável.

A primeira vez que as massas descontentes possuíam a possibilidade, não só de contar com uma plataforma política, mas também com armas nas mãos ocorreu com a Revolta de Kronstadt. Se a Oposição Operária era intolerável ao poder bolchevique, o que não dizer de uma Revolta armada contra o mesmo, que possuía uma plataforma política definida e métodos de ação que lembravam a Revolução de 1917?

O PROGRAMA DOS REVOLTOSOS DE KRONSTADT

No dia 3 de março de 1921, o primeiro número do jornal dos revoltosos, “Izvestia de Kronstadt”, vem à luz. Nele é publicado o programa de 15 pontos com as principais reivindicações dos kronstatianos. Como esta plataforma é pouco conhecida entre nós, e como muito já se falou

e escreveu de que essa revolta não teria passado de uma rebelião chefiada pelos guardas brancos, segue na íntegra o programa, com breves comentários:

“1) Considerando que os soviets não exprimem mais a vontade dos operários e camponeses, é necessário proceder imediatamente à sua reeleição com escrutínio secreto. Uma livre campanha eleitoral deverá ocorrer antes, para que se possa honestamente informar as massas operárias e camponesas”. O que fica explícito neste ponto é que os revoltosos de Kronstadt não querem nem o fim do regime soviético nem a volta do regime czarista. Eles queriam a reeleição dos soviets, depois de uma campanha eleitoral “livre” e através do voto secreto.

“2) A liberdade de expressão e de imprensa para os trabalhadores e camponeses, anarquistas e socialistas de esquerda.” Este ponto esclarece o anterior no que diz respeito às eleições livres: liberdade para todos aqueles partidos que houvessem apoiado a insurreição de outubro de 1917; os socialistas de esquerda, os anarquistas e os bolcheviques.

A respeito dos anarquistas russos é necessário dizer algumas palavras. Em primeiro lugar eles não formavam um bloco unitário e homogêneo como nós costumamos pensar. Eles se dividem em várias tendências, desde a direita, cujo líder era o principal e mais conhecido

anarquista russo, Kropotkin, que apoiou os cadetes durante a Revolução de 1917, até a sua ala mais radical que negava todo papel de qualquer tipo de organização na luta da classe operária. Entre esses dois extremos existiam várias correntes, algumas das quais tiveram um papel importante na formação dos comitês de fábrica durante 1917, e na luta que estes comitês travaram para não serem engolidos pelo crescente aparelho administrativo e burocrático soviético. Durante a Guerra Civil, os anarquistas se comportaram também de forma diferenciada. Alguns se aliaram ao poder bolchevique, e mesmo em algumas batalhas os anarquistas realizavam avanços considerados impossíveis pelos estrategistas militares que, muitas vezes, aceleravam a vitória do exército vermelho. Outros, depois de terem se aliado aos bolcheviques e derrotado os exércitos brancos, não aceitaram as restrições à sua autonomia que o poder soviético deseja impor e foram derrotados militarmente pelo Exército Vermelho. Outros ainda, apoiavam os bolcheviques, embora criticando as medidas tomadas na reorganização da economia nacional, por julgarem-nas centralizadoras ao extremo e prejudiciais à participação e controle da classe operária sobre o Estado soviético.

Na Revolta de Kronstadt os anarquistas tiveram novamente comportamento diferenciado. Alguns, como Victor Serge, percebendo que o conflito era inevitável e que toda mediação era infrutífera, apoiaram os bolcheviques por entenderem que somente esses tinham condições de manter o poder na Rússia. A derrota dos bolcheviques, para Victor Serge, significava entregar o poder à



contrarrevolução. Outros, por fim, apoiaram Kronstadt por entenderem que era uma revolta legítima dos trabalhadores contra a opressão do Estado soviético. Estes desenvolveram a teoria da Terceira Revolução: depois da de fevereiro, que derrubou o czarismo, e da de outubro que derrubou o governo Kerenski, uma terceira revolução se fazia necessária para derrubar o novo Estado construído pelos bolcheviques e instalar um regime igualitário.

Por isso, a exigência de liberdade para os anarquistas feitas pelos kronstatianos não é de estranhar. Em não poucos episódios da vida política russa dos últimos anos, estes estiveram presentes, lado a lado, com o proletariado no combate à contrarrevolução.

A exigência de participação dos socialistas de esquerda é mais fácil de se entender. Estes continuavam com forte influência sobre as massas camponesas, e tal qual esta última, apoiaram de maneira vacilante o Exército Vermelho na guerra civil. Os socialistas de esquerda não eram, aos olhos da massa, contrarrevolucionários e, em muitas das reivindicações que faziam, como o fim da política de requisição dos produtos agrícolas e levantamento da proibição do comércio de grãos, coincidiam com o desejo de amplos setores das massas trabalhadoras que viam nestas medidas causas da crise por que passava o país. Tanto esse sentimento da massa era forte, e correto, que ainda no X

Congresso Lênin proporá o fim das requisições e a liberdade de comércio dos grãos como forma de auxiliar a Rússia a sair da crise.

“3) Liberdade de reunião para os sindicatos operários e organizações camponesas”.

“4) Convocação, antes de 10 de março de 1921, de uma Assembleia Geral dos operários, soldados vermelhos, marinheiros de Kronstadt e Petrogrado”. O objetivo dessa reivindicação era de colocar novamente em contato as massas trabalhadoras de Petrogrado com os marinheiros de Kronstadt, contato esse interrompido desde o mês de janeiro, quando estalaram as primeiras greves naquela cidade. Notícias de que o Exército Vermelho havia reprimido severamente algumas fábricas corriam pela região, ao mesmo tempo que as autoridades bolcheviques espalhavam com insistência notícia dando conta de que Kronstadt estaria sendo liderada por generais brancos. O que os kronstatianos queriam era obter e fornecer informações corretas aos operários e soldados de Kronstadt, bem como discutir com eles seus problemas comuns.

“5) Colocar em liberdade todos os socialistas prisioneiros políticos bem como todos os operários e camponeses, soldados vermelhos e marinheiros presos, após os diversos movimentos

populares”. Ou seja, liberdade para os que divergiam politicamente dos bolcheviques mas que colocavam no campo da revolução, bem como de toda a liderança das últimas greves e levantes camponeses.

“6) Eleição de uma comissão encarregada de examinar os casos dos prisioneiros e dos internos em campos de concentração”. Desde o 2º semestre de 1919 que a Checa tinha autonomia para prender e executar pessoas sem ter que recorrer aos tribunais criados pela revolução. Esta liberdade concedida à Checa estava fazendo com que ela cometesse diversas arbitrariedades contra operários e camponeses que estavam sendo denunciadas, não só por Kronstadt, mas também por muitos membros do partido. Como resultado dessas reclamações, mais tarde o CC criará uma Comissão para investigar a Checa. No entanto, o que os kronstatianos exigiam era a eleição de uma comissão pelos trabalhadores, colocando na comissão elementos de confiança dos últimos, e não da confiança dos altos escalões do partido ou do Estado.

“7) Supressão de todos os departamentos políticos (...)”. Isto é, da polícia política e órgãos de investigações, fichamento e julgamento da Checa.

“(...) Além disso, nenhum partido deve ter o privilégio da propaganda ideológica, nem receber por aquela propaganda a menor subvenção governamental. Em seu lugar, nós propomos que sejam eleitas em cada vila comissões de cultura e de Educação financiadas pelo Estado”.

“8) Supressão imediata de todas as barreiras militares”. Criadas durante a Guerra Civil, as barreiras militares permaneceram mesmo depois da guerra para ajudar

“CONSIDERANDO QUE OS SOVIETES NÃO EXPRESSAM MAIS A VONTADE DOS OPERÁRIOS E CAMPONESES, É NECESSÁRIO PROCEDER IMEDIATAMENTE À SUA REELEIÇÃO COM ESCRUTÍNIO SECRETO. UMA LIVRE CAMPANHA ELEITORAL DEVERÁ OCORRER ANTES, PARA QUE SE POSSA HONESTAMENTE INFORMAR AS MASSAS OPERÁRIAS E CAMPONESES”

no controle dos operários que eram convocados para o trabalho obrigatório e se recusavam a aceitar a nova disciplina de trabalho. Logo depois do início das revoltas camponesas e das greves operárias as barreiras foram reforçadas para evitar que estas se alastrassem.

“9) Distribuição de uma igual ração alimentar para todos aqueles que trabalham, salvo aqueles que exerçam empregos particularmente penosos”. Esta reivindicação vai contra os crescentes privilégios dos altos funcionários públicos, do partido e dos oficiais do Exército Vermelho.

“10) Supressão dos destacamentos comunistas de choque em todas as seções militares, o mesmo para a guarda comunista nas usinas e nas minas. Se são necessários destacamentos, que eles sejam designados pelos soldados das seções militares, que sejam nomeados, pelos próprios trabalhadores”. Novamente uma reivindicação concreta contra o não acatamento das regras da democracia proletária pelo poder soviético.

“11) No que concerne aos camponeses, direito absoluto de ação sobre suas próprias terras, direito de criar o gado, na condição de que eles mesmo façam o trabalho, quer dizer, sem recorrer aos trabalhadores assalariados”. Esta reivindicação os bolcheviques trataram como uma contrarrevolução pequeno-burguesa que atestaria a coloração branca na revolta de Kronstadt. Não obstante, alguns dias depois de terminada a revolta, ainda durante o X Congresso, Lênin propõe exatamente o que os revoltosos exigiam: liberdade de produção para os camponeses. A diferença é que enquanto os marinheiros concediam esta liberdade aos

“..O [JORNAL] ISVEZTIA DE KRONSTADT PUBLICA A RELAÇÃO DOS “GENERAIS BRANCOS” QUE LIDERAM A REVOLTA. (...)NA LISTA DE 15 NOMES ENCONTRAMOS 9 OPERÁRIOS METALÚRGICOS OU CARPINTEIROS, 2 TIMONEIROS, UM ESCRIVÃO, UMA TELEFONISTA, UMA EMPREGADA DA 3ª. ESCOLA TÉCNICA, UM PRIMEIRO AJUDANTE MÉDICO. COM CERTEZA UMA PORCENTAGEM MUITO MAIOR DE OPERÁRIOS QUE EM QUALQUER ÓRGÃO DIRIGENTE DO PARTIDO BOLCHEVIQUE BEM COMO DO ESTADO SOVIÉTICO NAQUELE PERÍODO.”

camponeses com a condição de que eles não explorassem outro trabalhador, os bolcheviques não só permitirão a exploração do trabalho assalariado no campo, como promulgarão uma lei defendendo os interesses dos camponeses médios contra a reivindicação de divisão igualitária da terra, feita pelos camponeses pobres.

“12) Nós apelamos para todas as seções militares, bem como aos camaradas das escolas de cadetes, que se solidarizem conosco”.

“13) Nós exigimos que essa resolução seja amplamente difundida na imprensa”.

“14) Nós designamos uma comissão itinerante para acompanhar esta divulgação”.

“15) Nós exigimos que seja autorizado o trabalho livre a domicílio para os trabalhadores independentes”. Este foi outro ponto da plataforma de Kronstadt utilizado pelos bolcheviques para provar o parentesco dos revoltosos com os guardas brancos. No entanto, combinado às medidas concedendo maior liberdade para os camponeses, o X Congresso decretou leis que permitiam não só ao trabalhador independente trabalhar a domicílio, como ainda explorar mão-de-obra

nessa produção. O objetivo dessas medidas era melhorar as condições de vida das massas desempregadas, e ao mesmo tempo, reavivar o comércio.

O partido bolchevique recebeu a insurreição como uma tentativa contrarrevolucionária, abriu uma violenta campanha de propaganda afirmando que são generais brancos que comandam a revolta, não aceitam a proposta de negociação com os revoltosos feita pelos mesmos antes da abertura das hostilidades pelo Exército Vermelho e impede qualquer contato dos marinheiros com os soldados e operários de Petrogrado. Depois de 17 dias de ataque à fortaleza, a revolta foi derrotada.

A 12 de março, o Isvezitia de Kronstadt publica a relação dos “generais brancos” que lideram a revolta. São eles membros do Comitê Revolucionário Provisório de Kronstadt. Na lista de 15 nomes encontramos 9 operários metalúrgicos ou carpinteiros, 2 timoneiros, um escrivão, uma telefonista, uma empregada da 3ª. Escola Técnica, um primeiro ajudante médico. Com certeza uma porcentagem muito maior de operários que em qualquer órgão dirigente do partido bolchevique bem como do Estado soviético naquele período.

Como Lênin reconhece no X Congresso, uma enorme simpatia pela revolta tomou conta dos

trabalhadores dos principais centros industriais. A esses operários, o partido explica a violenta repressão exercida sobre a revolta, afirmando -- mesmo não conseguindo apresentar nenhuma prova concreta disso -- que a insurreição de Kronstadt era a ponta de lança da contrarrevolução. Sem poder obter nenhum contato direto com os marinheiros revoltosos, os operários não tiveram meios de aferir por eles próprios se o que o partido bolchevique afirmava era verdadeiro ou não.

Em suas memórias, Victor Serge, falando desse período (ele estava em Petrogrado), conta como nas ruas desoladas da cidade, no

final de um inverno em que o frio e a fome tinham sido os companheiros mais constantes da população, os operários se perguntavam como os marinheiros de Kronstadt, que durante a revolução e a guerra civil não poucas vezes vieram com suas vidas defender os interesses dos trabalhadores, podiam ter passado para a contrarrevolução e estarem aceitando a chefia de um general branco.

A verdadeira razão que levou os bolcheviques a tratarem tão violentamente os revoltosos é que eles constituíram a primeira formalização de uma plataforma política e econômica, elaborada pelos trabalhadores e soldados,

a ser apresentada ao governo soviético. E o mais sério ainda era que essa plataforma era apresentada por quem possuía armas nas mãos, numa conjuntura onde o descontentamento das massas trabalhadoras em relação ao governo bolchevique era maior do que jamais fora.

No próximo Jornal Espaço Socialista, veremos o impacto desses acontecimentos na retomada de trabalho do X Congresso do PC(b)R e, com isso, encerraremos essa séria de matérias sobre a Revolução Russa.

Até lá, viva a Revolução de 17!
Abaixo o stalinismo!

OS DEBATES NAS ATIVIDADES DE 100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

Em 2017 celebramos os 100 anos da Revolução Socialista Russa, a única revolução socialista vitoriosa da história e o principal feito da humanidade que comprovou a possibilidade de destruição do capitalismo, de autogoverno dos trabalhadores e de construção de um novo tipo de sociedade, humana.

Ao longo desse ano e, sobretudo, a partir do segundo semestre, houve milhares de atividades sobre esse processo revolucionário.

Atividades organizadas por coletivos, partidos políticos, sindicatos, entidades estudantis, grupos de pesquisas, dentre outros. Houve também a publicação de um extenso material de análises, debates e caracterizações sobre o que foi, o que representou, os problemas e os significados da Revolução Russa na atualidade.

Nós do Espaço Socialista (OMR), desde março, temos publicado mensalmente ao menos um texto no nosso jornal sobre o processo que desembocou na Revolução Socialista Russa



em Outubro de 1917, mais precisamente no dia 25 de Outubro (no antigo calendário russo, juliano) e 7 de Novembro (no calendário ocidental, gregoriano).

ALGUMAS POLÊMICAS

As polêmicas em torno da Revolução Russa são muitas. No entanto, não tem como ser diferente, uma vez que, além de estarmos tratando de um processo real e concreto da luta de classes, é o único processo vitorioso em que a classe operária através dos Conselhos (soviets) ou, ainda, dos organismos de duplo poder, conseguiu expropriar a burguesia, destruir o Estado burguês e impor uma nova ordem social. Tudo isso no início do século XX e

num país periférico de dimensões continentais.

Não pretendemos aqui fazer discussões a respeito do processo histórico que levou a tal acontecimento, até porque isso já foi feito em jornais anteriores, este texto busca apresentar uma breve síntese das discussões e debates mais gerais que estiverem presentes nas atividades do Centenário acerca da tomada do poder, da caracterização da URSS (União das Repúblicas Soviéticas Socialistas) e do fim da URSS, em especial, as que nos são familiares enquanto organização política marxista, além de ressaltar a importância de manter a Revolução Russa na memória dos movimentos de luta e da classe trabalhadora.

Uma das polêmicas em torno da tomada do poder pelo Partido Bolchevique e pelo Comitê Militar do Soviete de Petrogrado através de uma insurreição armada é de que tal ato representou um golpe de Estado. Esse é um dos principais argumentos dos contrarrevolucionários para deslegitimar a Revolução Russa.

Evidentemente, a tomada do poder não representou um golpe, por motivos como: um golpe de Estado é uma conspiração ilegal de tomar o poder de uma máquina estatal operante, o que não foi o caso da Revolução de Outubro. Nesse caso, o regime político e o Estado oficial estavam esvaziados, sem confiança e sem qualquer legitimidade da ampla maioria da população, pois os soviets de operários, camponeses e soldados já eram, de fato, os que exerciam o poder.

Tais soviets, em que o Partido Bolchevique (na época com mais de 250 mil militantes) era a maioria, legitimaram a tomada do poder horas depois no II Congresso dos Sovietes de toda a Rússia que, enquanto Congresso dos Sovietes, assumiu a direção do poder político.

Além disso, foi a maior revolução social do mundo, um processo que não trocou uns “políticos” por outros ou, em termos marxistas, que mudou apenas a superestrutura. Esse processo transformou as bases

da sociedade, mudou a forma de organização da propriedade, do trabalho e de todas as demais dimensões da vida. Outro aspecto a considerar é que uma Revolução sempre tem um sujeito social e um sujeito político e que, no caso da Revolução Russa, esses sujeitos foram as operárias, os operários e o Partido Bolchevique.

QUE ESTADO?

Outro tema polêmico é o caráter do Estado. Há discussões se o que houve na URSS foi um socialismo real, se foi um Estado operário degenerado, se foi um capitalismo de Estado ou se foi um Estado burocratizado. Para compreender esse debate é necessário entender todo o processo revolucionário e os anos subsequentes à Revolução Russa.

No entanto, podemos afirmar que durante a Revolução Russa e ainda por alguns anos não eram mais os patrões que decidiam o que seria produzido e sim a classe operária; não era mais a polícia que fazia a vigilância e segurança e sim as milícias populares comandadas pela própria comunidade. E, assim, vários outros aspectos da vida eram decididos pela classe operária até que uma casta (chamada também de burocracia) se apossou dos órgãos de decisão e passou a decidir sem considerar os organismos.

Com o passar dos anos e, principalmente, com a ascensão

do stalinismo houve uma mudança drástica no regime, com uma intensa repressão aos militantes que se contrapunham à burocratização (intensificada com os Processos de Moscou), ao cerceamento das liberdades democráticas, ao fim da autonomia dos soviets (que passaram a ser controlados pelo Estado), ao fim da Internacional Comunista (que expandiria a Revolução Socialista para outros países), ao controle do trabalho e das diversas formas de expressões artísticas e sexuais, dentre vários outros problemas.

A burocracia ao se instalar no poder e para manter e perpetuar seus privilégios passou a defender os seus interesses próprios e particulares. Embora não fosse diretamente proprietária dos meios de produção, a burocracia controlava todo o processo de trabalho e mantinha os operários em situação de exploração e opressão, o que possibilitava viver de forma parasitária consumindo as riquezas produzidas pelos operários.

Os meios de produção eram propriedades do Estado, que passou a ser controlado pela burocracia afastando a classe trabalhadora de qualquer forma de controle, inclusive do controle de sua força de trabalho.

Burguesia, propriedade privada, capitalismo e capital foram colocados em questionamento com a Revolução Russa. Mas, é certo que o socialismo não se efetivou em sua real essência, porque ainda havia divisão social do trabalho dentro dos moldes burgueses, o assalariamento (separação entre trabalhador e meios de produção), não eram os operários que controlavam o poder político através dos seus organismos de poder (separação entre trabalhador e meios de gestão da vida social) e, sobretudo, não controlavam a produção de riquezas.

“...COM A ASCENSÃO DO STALINISMO HOUE UMA MUDANÇA DRÁSTICA NO REGIME, COM UMA INTENSA REPRESSÃO AOS MILITANTES QUE SE CONTRAPUNHAM À BUROCRATIZAÇÃO (INTENSIFICADA COM OS PROCESSOS DE MOSCOU), AO CERCEAMENTO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, AO FIM DA AUTONOMIA DOS SOVIETES (QUE PASSARAM A SER CONTROLADOS PELO ESTADO), AO FIM DA INTERNACIONAL COMUNISTA”

Com isso entendemos que a URSS representou um Estado burocratizado, pois a classe operária não controlava o poder político e nem a produção de riquezas, tarefa que era exercida por uma burocracia contrarrevolucionária.

Dessa forma, passamos a uma outra polêmica que sobre o fim da URSS. Muitos dizem representou o fim do socialismo, que foi uma grande derrota dos trabalhadores ou que foi uma vitória pelo fim da contrarrevolução.

Nós entendemos que o fim da URSS representou um retrocesso de dimensões gigantescas para o movimento operário, pois se por um lado acabou com todo aquele aparato burocrático, por outro, abriu

um período de crise de alternativas socialistas em que a classe operária, a classe trabalhadora e as amplas massas populares perderam o referencial socialista para suas lutas.

Esse é um dos maiores, se não o maior dos problemas que enfrentamos no movimento hoje. Com a crise do capital, o desemprego estrutural, a falta de perspectivas de futuro e o esfacelamento de direitos básicos da classe trabalhadora não há outro caminho senão a Revolução Socialista, que é mundial.

Contudo, há esse empecilho subjetivo para construção da consciência socialista em um momento em que, mais do que nunca, o Socialismo continua sendo

uma necessidade para a preservação da humanidade e do planeta Terra.

Vale lembrar que no momento em não se acreditava na Revolução na Rússia as operárias russas paralisaram a produção e saíram às ruas e nas demais fábricas fazendo piquetes e buscando a solidariedade dos demais operários, dando início a maior Revolução da humanidade.

Esse ano, do centenário da Revolução Russa, vivemos no Brasil um grande levante das mulheres e a maior Greve Geral das últimas décadas o que veio saudar as diversas atividades e debates que reascendem a chama da maior Revolução da história. Por isso, assim como disse Marx, dizemos: “A revolução está morta! — Viva a revolução!”.

A DIREITA ESTÁ DE VOLTA: É PRECISO ENFRENTÁ-LA

No ano de 2017 houve o fortalecimento de um velho fantasma: A Direita, com até mesmo de alguns setores fascistas.

Ainda que apresente diferenciações entre si trata-se de um processo que vem ocorrendo em vários países e se expressa tanto nos resultados eleitorais quanto na propagação dessas ideias entre a população, inclusive, no interior da classe trabalhadora.

Até esse momento, nem todos os setores de Esquerda têm essa avaliação o que dificulta o enfrentamento e secundariza ou mesmo omite a importante tarefa de dialogar com a classe trabalhadora a fim de ganha-la para a luta contra o avanço e fortalecimento desses setores.

A DIREITA E A EXTREMA-DIREITA NA EUROPA

É principalmente nas eleições que a direita europeia tem mostrado, quando não ganham tem resultado expressivos, normalmente em torno de 20-25% dos votos.

Na França, o segundo turno das eleições foi disputado por Macron (um conservador) e por Marine Le Pen (defensora de posições deliberadamente fascistas). Na Holanda, a disputa entre candidato conservador e de extrema-direita também se repetiu.

Em ambos os casos os candidatos de extrema-direita perderam, mas mostraram força junto aos amplos setores da população. E quem os derrotou não foi nenhum setor progressista, mas a Direita dita “democrática”.

A esses se somam outros resultados expressivos de partidos de extrema-direita em outros países da Europa como Suíça, Hungria, Dinamarca, Finlândia e Áustria.

Outro processo eleitoral que reforçou esse resultado foi o obtido pelo partido “Alternativa para a Alemanha”, deliberadamente nazista. Pela primeira vez desde 1945, conseguiram eleger deputados para o parlamento



anos com Ângela Merkel.

Além das eleições, a direita europeia tem se colocada por posições políticas contra os imigrantes, posições nacionalistas, apoio a medidas repressivas, enfim, estão muito ativos.

NAS AMÉRICAS O MESMO PROBLEMA

A eleição de Trump, nos Estados Unidos, é outra expressão desse

processo mundial. As mentiras de que os problemas econômicos e sociais são de responsabilidade dos imigrantes, o preconceito contra os mulçumanos, o discurso de maior intervenção estadunidense em outros países são pontos da pauta notadamente de Direita que esteve na base de construção do apoio de Trump e que garantiu a sua eleição.

Na América Latina também presenciamos o fortalecimento da oposição de Direita na Venezuela; as vitórias eleitorais de Macri na Argentina; o crescimento eleitoral da Direita no Peru; mais recentemente no Chile.

No Brasil o surgimento de grupos fascistas -ainda que pequenos-, o fortalecimento do MBL, a eleição de vários deputados conservadores (bancadas da bala, da bíblia, etc), dentre outras expressões, também mostram o fortalecimento da direita e suas ideias no país.

Questões que colocam para a Esquerda latino-americana desafios gigantescos para enfrentar essa conjuntura.

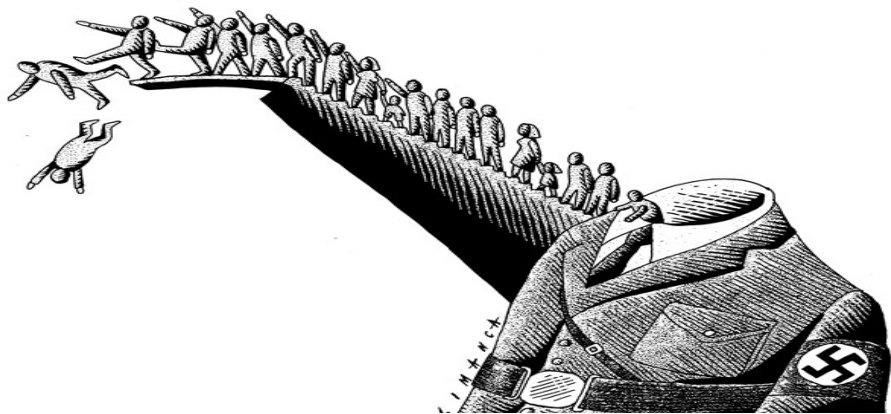
ESTÁ EM JOGO UMA DISPUTA DE PROJETOS

Nas crises econômicas, principalmente nas profundas como a atual, as classes sociais se movimentam, mesmo que inconscientes, para apresentarem alternativas.

Não é coincidência o fato de o fascismo e a extrema-direita se fortalecerem nos períodos de crise. Foi assim na Alemanha, na década de 30 do século passado, quando a burguesia alemã (a mesma proprietária de marcas ainda atuais como a Volkswagen) apostou e apoiou Hitler e o nazismo, por exemplo.

Também não é coincidência que são nas crises que estouram revoluções e revoltas operárias e populares.

As movimentações desses



setores se organizando em “institutos” (como o instituto liberal, por exemplo), em atividades nas universidades, com propagandas nos meios de comunicação, com cursos e com apoio financeiro são parte do projeto de buscarm influência política.

Por isso, a necessidade de combate da Direita também é parte da luta e deve ser parte do programa para atender as necessidades da classe trabalhadora, do programa socialista, com propostas concretas contra o desemprego, a miséria, a fome, a concentração da riqueza, dentre outros, ou seja, que mobilizem a classe trabalhadora.

Portanto, a Direita só será derrotada com o combate e a mobilização da classe trabalhadora.

A DIREITA E SUAS IDEIAS GANHARAM INFLUÊNCIA EM UMA PARTE DA CLASSE TRABALHADORA

Apesar dos avanços eleitorais desses setores, avaliamos que não há, nesse momento, por parte da burguesia mundial uma “necessidade” política de aplicar regimes fascistas. No lugar tem aplicado uma política de restrição às liberdades democráticas com o aumento da repressão aos movimentos sociais e tem apostado na eleição de candidatos da tal “direita democrática”.

Tem sido assim não porque o capital tenha qualquer apego à democracia, mas pelo fato desses regimes de democracia parlamentar

conseguirem aprovar as medidas necessárias ao capital e nos regimes ditatoriais a oposição e a resistência da classe trabalhadora é muito maior e mais radicalizada.

Esse movimento tem sido sustentado por um processo de fomento de ideias conservadoras nos amplos setores de massas e que têm obtido adesão. O aumento do número de pessoas contra imigrantes, o crescimento de grupos fascistas, o aumento dos atos de racismo, etc. se combinam com os resultados eleitorais favoráveis aos partidos de Direita e de extrema-direita. Tudo isso tem dado força para a burguesia “fechar a democracia” e atacar ainda mais os trabalhadores e seus direitos.

E desorientada pela ausência de uma alternativa de Esquerda e socialista, parte da classe trabalhadora se ilude e até passa a acreditar, por exemplo, que os problemas de rebaixamento salarial, desemprego e os vários problemas sociais são por conta dos imigrantes.

AS RAZÕES

A explicação do crescimento da Direita pelo mundo, no nosso modo de ver, tem vários elementos a serem considerados. Primeiro, é a ausência de lutas em que a classe trabalhadora cumpra seu papel de protagonista em relação aos demais setores. Segundo, diretamente ligado ao primeiro, é a própria consciência da classe trabalhadora ainda nutrindo a esperança de

que os problemas podem ser resolvidos “pacificamente” dentro do capitalismo. E, terceiro, é a inexpressiva força política e inserção social da Esquerda socialista mundial.

ESSA DIREITA É A VELHA BURGUESIA

Aproveitando-se desse processo a Direita e a extrema-direita tentam ocupar um espaço que era historicamente da classe trabalhadora e da Esquerda socialista, inclusive, se utilizando de um discurso contra “a política e os partidos tradicionais”, como se fossem o novo na política.

Não são renovação. Como os “direitistas modernos” (Hitler, Mussolini, as ditaduras militares, Saddam Hussein, dentre tantos outros reacionários) já provaram que o capitalismo não é alternativa para a solução da crise. Vão continuar fazendo e até aprofundando somente o que interessa aos capitalistas.

São instrumentos do capital para atacar ainda mais os direitos da classe trabalhadora e ajudar a

salvar os capitalistas da crise. Contra as lutas dos trabalhadores fazem o mesmo que os “burgueses democráticos”, ou seja, a Direita e a extrema-direita são apenas faces do capitalismo.

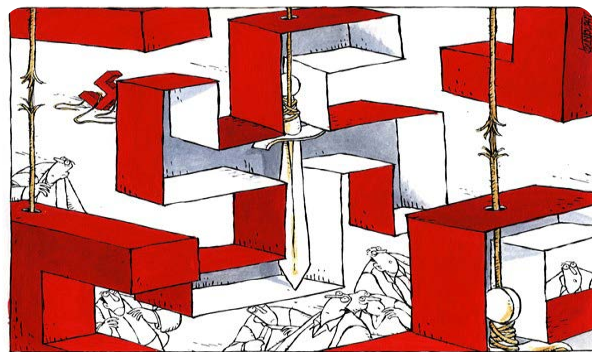
É POSSÍVEL CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA

Além de possível é necessário e urgente jogarmos nossas forças para a construção da alternativa de Esquerda e socialista.

O capitalismo em sua forma “democrática” ou reacionária vai levar a humanidade para o fundo do poço e não consegue atender as reivindicações mais básicas da humanidade, apesar de produzir cada vez mais riqueza.

O fato de a Direita não ter se tornado uma força hegemônica é também por conta da desconfiança de setores da classe trabalhadora em relação às suas propostas.

Neste sentido, a apresentação do programa anticapitalista



e socialista para toda a classe trabalhadora é tarefa urgente. A classe trabalhadora luta quando tem motivo e razão. E acabar com o desemprego, com a fome, com a miséria, as guerras, etc. já é razão suficiente para lutar.

Apoiar as lutas da classe trabalhadora como a da independência Catalã, parte de um direito democrático de constituição de seu próprio Estado, também é fundamental para fortalecer a classe e contribuir para que se dê um salto de qualidade na luta contra a burguesia madrilenha ou mesmo contra a burguesia catalã.

Portanto, é fundamental fortalecer a classe trabalhadora e a construção em seu seio da alternativa de Esquerda socialista.

DIREITA E FASCISMO: PARTEM DE IDEIAS COMUNS, MAS HÁ DIFERENÇAS

Alguns conceitos são difíceis de precisão e esse é o caso do conceito de Direita, por exemplo. Pode ser de Direita quem defende o funcionamento das instituições da democracia parlamentar burguesa, o defensor de regimes reacionários, os direitistas liberais conservadores, os direitistas reacionários e até mesmo os fascistas.

Para contribuir reproduzimos duas importantes definições: de Trotsky sobre fascismo e de Bobbio sobre conservadores.

Norberto Bobbio, no Dicionário Político, considera como conservadorismo as “ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político

existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”.

Trotsky, em O marxismo e a nossa época, diz que “O fascismo baseia seu programa na dissolução das organizações operárias, na destruição das reformas sociais e no aniquilamento completo dos direitos democráticos, com o objetivo de impedir o renascimento da luta de classes do proletariado”.

Portanto, podemos nos deparar desde um “moderado” Bill Clinton até um “radical” Trump, mas ambos representam ideias capitalistas que visam impor sobre a classe trabalhadora os planos para manter ou intensificar

a exploração. São formas como o capital se expressa, sem mudar seu conteúdo como um sistema social que por essência é uma ditadura contra a classe trabalhadora.

É, como diz Jackson Miranda, do site “voltemos à direita”: É “contra o marxismo e todas as suas vertentes que nós conservadores fazemos oposição”.

Enfim, a Direita tem como objetivo derrotar as lutas e colocar a classe trabalhadora sob seu domínio, sob o domínio da burguesia, sob o domínio do capital.

CONTATOS

espacosocialista@hotmail.com
facebook.com/espacosocialista1
www.espacosocialista.org